

## O ensino de história e as histórias de afrodescendentes e indígenas

Antonia Terra de Calazans Fernandes - Departamento de História- FFLCH - USP

As Leis 10.639/03 e 11.645/08 são respostas às demandas políticas, sociais e étnicas de segmentos da sociedade brasileira. Respondem à realidade do ensino escolar no país que tem permanecido centrado na história e na cultura europeia, ao mesmo tempo em que silencia ou representa de modo desigual as populações nativas da América e os descendentes de africanos que aqui residem.

Da perspectiva dos estudos históricos, todos os sujeitos atuam de um modo ou de outro nos processos de mudanças e/ou permanências das sociedades, representando uma ação política deliberada indicar ou excluir determinados grupos, classes ou etnias da narrativa histórica escolar. Assim, as leis e as *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica* (2004), expandindo as conquistas históricas de igualdade e alteridade garantidas pela Constituição de 1988, orientam o “reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas”.

Desde a institucionalização das leis, os professores que ministram aulas de história, seja no Fundamental I, II ou Médio, procuram alternativas de como tratar os temas da história dos afro-brasileiros e dos indígenas com seus alunos nas escolas. Nesse texto, estamos propondo alternativas para trabalhos didáticos nessa perspectiva.

Uma proposta que pode ser recorrente em diferentes contextos escolares é criar atividades para conhecer com quais referências de ancestralidade étnicas, religiosas, culturais (música, dança, artes plásticas, literatura...) os alunos e seus familiares se identificam. O que os alunos e suas famílias contam a respeito de quem são seus antepassados? Fazem parte de grupos culturais, sociais e/ou religiosos? Como essas referências identitárias apontam para a história das populações afro-brasileiras e indígenas?

É importante considerar que, nas interações sociais e culturais, há diferenças entre a imagem construída para nós mesmos e aquela que as pessoas nos atribuem. Ou seja, nem sempre elas são coincidentes. Há uma crônica da escritora Rachel de Queirós, chamada *Nacionalidade*, na qual diferentes crianças atribuem uma às outras identidades distintas. Em um trecho, a autora escreve:

O menino nisei sentou no banco do jardim. Teria uns onze anos, comia sossegado o seu sanduiche de queijo. Duas meninas, uma morena e outra ruiva, que pulavam amarelinha, chegaram junto dele e gritaram:

- Japonês! Japonês! Quer dizer a hora pra nós?

O menino olhou o pulso onde se ostentava um enorme relógio niquelado, disse que eram nove e meia e acrescentou:

- Eu não sou japonês. Sou paulistano. Nasci aqui, no Jardim América.

No trecho citado, por exemplo, há três diferentes identidades atribuídas ao menino. A narradora denomina-o como *nisei*, as meninas chamam ele de *japonês* e ele próprio se auto afirma como *paulistano*. No caso das variações nas atribuições identitárias, há ainda a possibilidade das pessoas construírem para si mesmas autoconceitos sociais, culturais, políticos, étnicos, de gênero, de idade etc.

Também é importante ponderar que foi construída uma memória histórica de valorização da ancestralidade europeia para as famílias brasileiras, principalmente identificando-as com as populações imigrantes dos séculos XIX e XX. Mesmo sendo a população de determinada localidade de origem muito diversificada, as memórias locais difundem a ideia de homogeneidade em relação à determinada nacionalidade. A cidade de Porto Alegre/RS, por exemplo, tem uma memória associada à imigração de açorianos, mas ela tem abrigado até hoje populações indígenas Kaingang, Guarani e Charrua. Acolhe também os descendentes dos antigos escravos, que migraram das fazendas para a cidade com a abolição, constituindo bairros negros como o do Rio Branco até Santana (antiga Colônia Africana), depois também ocupado por judeus, alemães, orientais e italianos. O Quilombo da Família Silva, localizado no bairro de Três Figueiras, é uma reminiscência da história das famílias negras na cidade e de lutas por suas permanências apesar da expansão urbana.

As pesquisas dos alunos de suas referências identitárias e familiares podem ser pesquisadas e organizadas historicamente em sala de aula. E esse pode ser o primeiro passado para estudos das relações entre o cotidiano dos estudantes e das associações e comunidades negras e indígenas. É nessa perspectiva que as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu orientam:

(...) sua principal e mais fecunda intenção [das Diretrizes] é, sem dúvida, o incentivo ao trabalho com a história local, buscando conhecer a história das associações que se identificam enquanto organizações negras (que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões). Exemplos: remanescentes de quilombos, associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, religiosas (irmandades católicas ou grupos evangélicos), de assistência, de pesquisa, grupos do

movimento negro. Nesse sentido, o foco do trabalho escolar sobre essas associações pode se colocar sobre sua historicidade, destacando exatamente o processo histórico de construção da identidade negra do grupo, e as diversas matrizes culturais (africanas, portuguesas, norte-americanas etc.) por ele acionadas. Assim, os estudantes podem reconhecer, de forma prática, que tradições e experiências confluíram para definir, hoje, a identidade negra dos grupos estudados. Além do mais, abre-se a possibilidade de se avaliar a atuação política dos afrodescendentes para além do período de luta contra a escravidão, perspectiva que predomina nos livros didáticos e no próprio ensino de história.

Em diferentes localidades do Brasil existem grupos, associações, comunidades negras e aldeias indígenas. Algumas delas, por exemplo, a partir da Constituição de 1988, lutaram pelo reconhecimento de seus territórios, tendo sido atendidas, e hoje estão estabelecidas em suas terras. Outras ainda permanecem reivindicando seus direitos. Algumas dessas comunidades podem estar próximas às localidades onde fica a escola e podem representar boas oportunidades para intercâmbios de estudos históricos. Por um lado, os alunos irão ter a oportunidade de conhecer como historicamente essas populações constroem e mantêm suas identidades, como vivem e o que podem contar sobre suas particularidades culturais e suas interações com elementos diversos das culturas brasileiras. Por outro lado, tanto indígenas como quilombolas irão também ser beneficiados já que precisam que a população brasileira em geral conheçam suas histórias e valorizem e respeitem seus patrimônios históricos e culturais. E a escola é uma instituição privilegiada para realizar esses estudos, promover essas trocas e formar gerações comprometidas com sociedades democráticas e que primam pela alteridade.

Segundo a *Comissão Pró-Índio*, por exemplo, há vinte e nove aldeias indígenas, de povos como os Terena, Guarani, Kaingang, Krenac, Fulni-ô e Atikum, no estado de São Paulo. O *Instituto Socioambiental* indica que são doze terras indígenas, com aldeias dos Krenak, Pataxó, Guarani, Pankararu, Maxakali e Xakriabá, no estado de Minas Gerais. A *Associação Nacional de Ação Indigenista* informa que, no estado do Ceará, há vinte quatro terras indígenas, onde vivem povos como os Cariri, Pitaguarí, Potiguará, Tabajara, Temenbé, Tapeba, Tupinambá, Anacé e muitos outros. Como e onde vivem essas populações na sua localidade? São próximas da escola? Há alguns alunos das aldeias ou de seus parentes na sala de aula? É possível desenvolver estudos para conhecer a vida nessas aldeias, seus costumes, línguas faladas, problemas que enfrentaram historicamente e que enfrentam hoje em dia?

O mesmo é válido para os quilombos. Segundo a *Fundação Palmares*, há no Mato Grosso do Sul vinte e duas comunidades remanescentes de quilombos. Na zona rural

de Campo Grande/ MS, por exemplo, a comunidade quilombola Chácara Buriti tem uma história que remonta ao início do século XX, quando descendentes de escravos migraram de Minas Gerais para regiões mais do interior do Brasil, onde compraram lotes de terra. No interior de São Paulo, no município de Salto de Pirapora, Sorocaba, a 150 km da cidade de São Paulo, há o Quilombo Cafundó. Ele abriga uma comunidade remanescente de quilombo, redescoberta em 1978, envolvendo a história de duas famílias que herdaram terras de um antigo proprietário de escravos, e que mantiveram uma língua de matriz africana, o dialeto chamado cupópia, com vocábulos de línguas de origem banto, como o umbundo e o quimbundo. Ao longo do século XX, houve invasão das terras dos quilombolas por parte de grileiros, o que gerou disputas que desencadearam a diminuição do seu território, hoje já demarcado.

Entre os séculos XIX e XX, foram sendo constituídos também quilombos urbanos. Segundo Raquel Rolnik,

“esses locais ou eram cômodos e casas coletivas no centro da cidade ou núcleos semi-rurais – as roças das periferias urbanas, bastante semelhantes ao que são hoje as roças de periferia dos terreiros de candomblé nas cidades. Núcleos negros importantes nasceram desse tipo de configuração; é o caso, por exemplo, do bairro do Bexiga, em São Paulo, originário do quilombo do Saracura” (ROLNIK, 1989).

As histórias locais são muito diversas e podem ser pesquisadas junto com os alunos. Uma possibilidade pode ser estudar as ocupações dos mesmos territórios, em diferentes épocas, por distintos grupos sociais e étnicos. Documentos históricos podem ser utilizados com essa finalidade. É o caso, por exemplo, do testamento de André da Cunha, natural do reino de Angola, datado de 1858, em São Paulo. Nele, há registros de que o declarante, sua família, parentes e amigos moravam em uma mesma região da cidade de São Paulo no século XIX. A Freguesia de Santa Ifigênia era seu território. Ele frequentava essa igreja e queria ser enterrado na Igreja do Rosário. Com o passar do tempo, o bairro mudou principalmente com a chegada de imigrantes europeus, como outros recantos da cidade. Mas, a memória histórica demarca essa região até hoje como um território negro, com a presença da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (transferida do antigo Largo do Rosário, para o Paissandu), e da escultura da Mãe Preta, lá instalada em 1955, junto com as Comemorações do Quarto Centenário de São Paulo.

Na perspectiva histórica de territórios negros, considerando o uso e ocupação da cidade no século XIX e início do XX, Raquel Rolnik (1997) cita locais históricos de

São Paulo, utilizados pelas mulheres vendedoras de ervas e verduras, quitutes, bebidas... no chamado Beco das Minas, na Rua da Quitanda, no antigo mercado Caipira, no mercadinho da Rua das Sete Casinhas, do mercado São João na baixada do Açú... Havia também as lavadeiras de roupa nas margens do Tamanduateí, do Saracura, do Itororó... Ainda os campos de esconderijos dos escravos fugidos no Bexiga, nas saída da cidade para Santos no caminho do Quilombo Jabaquara....

Já a cidade do Rio de Janeiro, como explica Raquel Rolnik,

Sob a égide da luta contra a propagação da febre amarela e da necessidade de regeneração do Rio frente aos olhos estrangeiros (...), o espaço urbano central foi completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, desenhado para uso e convívio exclusivo das “pessoas de bem”. As obras, além de provocarem uma das maiores crises de habitação que a cidade viveu, acabaram por detonar uma espécie de guerra civil. (...)

A grande expulsão do Centro resultou na ocupação dos morros, produzindo as favelas, e em uma expansão para os subúrbios, seguindo os caminhos das linhas de trem. É nesse momento que o território negro carioca desloca-se do Campo de Santana para a zona imediatamente contígua, a Praça Onze. É aí, na casa de uma das tias afro-brasileiras (Tia Ciata), que nasceu a primeira escola de samba carioca. É para aí que afluíam os “arengueiros”, herdeiros dos capoeiras da virada do século. Eram os “perigosos” do Morro da Mangueira (então Morro do Telégrafo), um dos primeiros locais de samba de terreiro da cidade. Salgueiro, Andaraí, Tijuca e Serrinha são morros que começaram a ser ocupados de forma mais intensa naquele momento. (...) o território negro nos subúrbios e morros que circundavam a cidade, no final do século, vai dar lugar, então, à habitação densa do morro, que será, a partir daí, o território mais caracterizadamente negro da cidade do Rio de Janeiro. (ROLNIK, 1989).

Ainda na cidade de São Paulo, onde hoje é a Praça João Mendes, ficava a Igreja dos Remédios, onde os abolicionistas, como Antonio Bento, escreviam e imprimiam o jornal *A Redenção*, e onde abrigavam os escravos fugidos. Uma coleção desses jornais faz parte do acervo do *Arquivo Público do Estado de São Paulo* (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>), que está organizando disponibilizar os exemplares online. E há já, no acervo digital da instituição, jornais negros como *A Esperança* (1903), *O Clarim* (1906), *O Alfinete* (1918) e *A Liberdade* (1919).

Os mais diversos jornais dos militantes negros ao longo do século XX estão disponíveis também no site *Imprensa Negra Paulista*, do *Instituto de Estudos Brasileiros* – IEB/USP (<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>). Podem ser lidos jornais de 1903 a 1963, como *A Liberdade*, *A Rua*, *Alvorada*, *O Baluarte*, *A Voz da Raça* e muitos outros. Na atualidade, jovens jornalistas reeditaram a revista *Menelick 2º ato* (<http://omenelick2ato.com/>), remetendo ao jornal *Menelick* editado pela primeira

vez em 1915. Na versão contemporânea, há entrevistas, reportagens e ensaios referentes a atividades culturais negras no cinema, teatro, fotografia, literatura, moda e memória.

A presença negra nos jornais da Bahia pode ser pesquisada no site *O Negro na Imprensa Baiana* no Século XX (<http://www.negronaimprensa.ceao.ufba.br/>)

A história da população negra no Brasil pode também ser consultada no portal *MuseuAfro Digital* (<http://www.museuafro.ufma.br/site/>; <http://200.129.241.116/mafro/>; <http://museuafrodigitalrio.org/s2/>), envolvendo acervos do Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso, com fotos, vídeos e textos de memórias de quilombolas, de professores e alunos negros nas escolas, das festas e religiosidades afro-brasileiras e das tradições da capoeira. E podem ser organizadas visitas ao *Museu AfroBrasil* (<http://www.museuafrobrasil.org.br/>), em São Paulo.

Cada localidade brasileira tem sua história. Professores e alunos podem ser pesquisadores em suas cidades consultando arquivos históricos, museus e organizando entrevistas para coleta de memórias das populações negras e indígenas.

#### **Referência bibliográfica:**

- ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. IN: Pereira, Amílcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (org.). *Ensino de história e cultura afro-brasileiras e indígenas*. RJ: Pallas, 2013, p. 27 – 55.
- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. *Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores*. *Estud. hist. (Rio J.)* [online]. 2008, vol.21, n.41, p. 5-20. - Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/01.pdf>
- BRASIL. Ministério da Educação/Secad. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica*. 2004.
- QUEIRÓZ, Rachel. *O homem e o tempo*. Crônicas escolhidas. São Paulo: Siciliano, 1995.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- ROLNIK, Raquel. “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)”. In: *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>
- SAMARA, Eni Mesquita. Os testamentos dos libertos como fonte para a história da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Vol. 8, no. 16, 1988, p. 266 - 268.
- SANTOS, Irene (coord.). *Colonos e quilombolas. Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2010.